



REPÚBLICA DE ANGOLA
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO NACIONAL PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

**PLANO ESTRATÉGICO DE DESENVOLVIMENTO DA
EDUCAÇÃO ESPECIAL
PARA O PERÍODO 2007-2015**

“Construindo um Futuro de Esperança”

Luanda/Outubro/2006



ABRINDO CAMINHOS PARA UM FUTURO DE ESPERANÇA



ABRINDO CAMINHOS PARA O FUTURO DOS SEUS SONHOS



Agradecemos a todos que de forma directa ou indirecta apoiaram a formulação deste documento.

FICHA TÉCNICA

Título

Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial em Angola 2007-2015.

AUTOR

Instituto Nacional para a Educação Especial (INEE)

APROVAÇÃO

Conselho de Direcção do MED

TIRAGEM

Limitada

EDIÇÃO

Centro de Documentação e Informação

CDI- Ministério da Educação

DEPÓSITO LEGAL

Nº _____ 2006

Copyright

GURN (2006) – Todos os direitos reservados nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida ou transmitida, de qualquer forma ou por qual quer meio, electrónico, mecânico, fotocopia, gravação ou outro, sem autorização competente.

ÍNDICE

Capítulo I Antecedentes /Contexto

- 1.1 Antecedentes
- 1.2 Contexto Geral
- 1.3 Contexto Educativo

Capítulo II – Análise da Situação

- 2.1 Acesso
- 2.2 Equidade
- 2.3 Qualidades

Capítulo III – Objectivo Estratégicos

- 3.1 Objectivos gerais
- 3.2 Objectivos específicos

Capítulo IV – Estratégia de Intervenção

- 4.1 Fase de emergência 2007-2008
- 4.2 Fase de desenvolvimento 2009 - 2012
- 4.3 Fase de consolidação 2013-2015

Capítulo V – Actividades a Desenvolver

- 5.1 Fase de Emergência
- 5.2 Fase de desenvolvimento
- 5.3 Fase de consolidação

Capítulo VI – Custos e Financiamento

- 6.1 Custos
- 6.2 Financiamento

Capítulo VII – Gestão, Monitorização e Avaliação

Capítulo VIII – Anexos.

Bibliografia

APRESENTAÇÃO

1- O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial é um instrumento que tem como objectivo projectar acções prioritárias a desenvolver nos próximos nove anos. Este documento está estruturado por capítulos nomeadamente: Antecedentes, Contexto, Análise da Situação, Objectivos Estratégicos, Estratégias de Intervenção, Actividades a desenvolver, Custos e Financiamento, Gestão, Monitorização e Avaliação.

2- Para implementação do plano estratégico de intervenção entendemos por bem dividi-lo em três (3) fases de implementação a saber:

- Fase de emergência 2007-2008
- Fase de desenvolvimento 2009 – 2012
- Fase da consolidação 2013 – 2015.

3- O Quadro Lógico do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial em Angola enumera um conjunto de estratégias e acções de onde se destacam algumas que pela sua abrangência e urgência tornam-se imprescindíveis para o relançamento da Educação Especial em Angola. O plano estratégico de desenvolvimento deste quadro estabelece algumas prioridades, que decorrem da necessidade de passarem a ser mais visíveis os investimentos na educação.

4- Este plano procurará atender as carências mais importantes identificadas, no atendimento aos alunos com necessidades educativas especiais com efeitos multiplicadores para a ampliação e consolidação da Educação Especial em Angola e lançar as bases para o desenvolvimento da Educação Especial a longo prazo.

5- Por este motivo, é que este documento se caracteriza por ser, em primeiro lugar bastante operativo contendo acções e projectos de impacto mais imediato sobre a obtenção dos mais importantes objectivos de desenvolvimento. Para a elaboração e implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial em Angola teve como fundamento e base os dois grandes documentos reitores a **“Estratégia Integrada para Melhoria do Sistema de Educação “** e a **“ Lei de Bases do Sistema de Educação”**, assim como análise da situação actual da educação especial em Angola seus antecedentes e o contexto.

6- Portanto o presente documento visa promover, nas condições concretas de Angola uma educação de qualidade para todos, e criar as condições para melhoria e ampliação dos serviços da Educação Especial em Angola.

7- A questão da qualidade da educação impõe uma solução integrada porque ela é resultante da interacção de vários factores, muito dos quais exógenos ao sector da educação. Por exemplo, a implementação da estratégia de combate à pobreza e da promoção e desenvolvimento da mulher, ajudarão a reduzir as taxas de abandono escolar, e de repetência, pois influenciarão positivamente a relação da escola com as famílias.

8- Portanto é chegada a hora (altura) de nos empenharmos mais para garantir a todas as crianças uma educação inclusiva de qualidade que se traduza no respeito pelas diferenças, no desenvolvimento individual e colectivo, pois investir na educação é sem sombras de dúvidas, investir no futuro.

9- Estamos cientes que, o desafio de criar escolas inclusivas não é desmedido, desde que todos nos sintamos parte integrante do desafio e, em consequência, envolvidos na mesma proporção, como parte da solução dos vários problemas, dificuldades, carências e insuficiências ainda existentes.

10- Para tal, tenhamos sempre presente a máxima “ **é na educação que tudo começa e tudo se prepara**”, é com a educação que se ganha consciência de que, a própria educação é sempre inacabada, com ele aprendemos a estar atentos ao que muda, aptos a interpretar os sinais de transformação e, a sermos capazes de criar o novo.



CAPÍTULO I - ANTECEDENTES/CONTEXTO

1. 1 Antecedentes

11- A Educação Especial surgiu nos finais do século XVIII no continente europeu, uma época caracterizada pela ignorância e rejeição do indivíduo com deficiência.

12- Nos séculos XVII e XVIII as pessoas com deficiência mental eram internadas em orfanatos, manicómios, prisões e outros tipos de instituições estatais. Ali ficavam junto de delinquentes, velhos, pobres indiscriminadamente.

13- Porém surgiram as primeiras experiências positivas entre as quais podemos citar; O Frade Pedro Pance de León (1509-1584) que, em meados do séculos XVI levou a cabo no mosteiro de Oña a Educação de 12 crianças surdas com surpreendentes êxitos. Este, escreveu um livro “*doutrina para los mudos-surdos*”, reconhecido como indicador do ensino para surdos.

14- Em 1784, foi criado em Paris um Instituto para crianças cegas, por Valentim Hoiyy (1745-1822). Entre os seus alunos encontrava-se Louis Braille (1806-1852, que viria mais tarde a criar o famoso sistema de leitura e escrita Braille.

15- Em Angola tal como em todos países da África Austral, há uma tendência de se enquadrar a deficiência numa estrutura médica e de assistência social, identificando as pessoas com deficiência como pacientes, diferentes dos que não têm deficiência. A ênfase sobre as necessidades médicas das pessoas com de deficiência, conduz a um desprezo correspondente as suas vastas necessidades sociais, resultando no severo isolamento delas e de suas famílias.

16- Por outro lado a deficiência em Angola é explicada em termos de causas sobrenaturais. O nascimento de uma criança com o Síndrome de Dawn ou uma deficiência física é denominada Sereia, vista como sendo causada pela cólera dos espíritos ancestrais, que têm que ser acalmados com a prestação de homenagem à esses espíritos ancestrais na margem do rio, ou na sombra de uma árvore através de rituais praticados na região. No caso da deficiência mental, explica-se como sendo consequência da feitiçaria de algum dos parentes mais próximos, que geralmente tem sido vítima a tia ou tio maternos.

17- O nascimento de uma criança com deficiência é motivo de um embaraço para a família porque a deficiência é vista como evidência das forças do mal. O embaraço pode conduzir à tensão e desarmonia entre os pais, que podem acusar-se um ao outro de ter causado a deficiência através de meios sobrenaturais, podendo eventualmente conduzir à separação da família.

18- O sistema educativo colonial não contemplava o atendimento escolar das pessoas com deficiência.

19- Quatro anos depois da Independência de Angola, em 1979, foi implementado a Educação Especial, pelo decreto nº 56/79 de Outubro, data a partir da qual se criaram as condições mínimas indispensáveis, permitindo pôr em funcionamento as escolas de Educação Especial, cuja meta é educar a população com NEE. E é partir de então que podemos considerar ter surgido a Educação Especial em Angola, sob a direcção do Departamento Nacional da Educação Especial, mais tarde evoluiu à Direcção Nacional da Educação Especial e actualmente Instituto Nacional para a Educação Especial.

20- A partir desta data foram sendo criadas condições para pôr em funcionamento escolas especiais. Começou o atendimento de pessoas com necessidades educativas especiais. Este atendimento era fundamentalmente para crianças com deficiência, visual e auditiva. No entanto para as crianças deficientes mentais, devido às condições económicas e sociais, nomeadamente, a falta de recursos financeiros levou à abertura das primeiras salas especiais nas escolas do ensino geral.

21- Tanto as escolas especiais como as salas especiais funcionavam de uma forma segregada (dicotómica).

22- Com a Realização da Mesa Redonda Nacional sobre “**A Educação para Todos**” sob os auspícios do UNICEF e PNUD em 1991, à luz das recomendações da Conferência Mundial sobre “**A Educação para Todos**”, Jomtien/Tailândia 1990, começa a expandir-se o Ensino Especial a todo o País com a nomeação de chefes de secção em todas as delegações províncias da educação.

23- Pelo facto de considerar-se que as escolas especiais e as salas especiais proporcionavam um ambiente demasiado restrito, que resulta empobrecedor e contraproducente do ponto de vista educativo, de altos custos por favorecer a segregação e a discriminação. Em 1994 houve uma grande viragem no concernente ao tipo de atendimento escolar das pessoas com necessidades educativas especiais, aliada às experiências de outros países e à participação e assinatura de Angola da **Declaração de Salamanca adoptada pela Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (Espanha 1994)**,

24- Esta viragem efectiva-se com a implementação do projecto 534/Ang/10 sobre **Promoção de Oportunidades Educativas para a Reabilitação das Crianças Vulneráveis**. Este projecto permitiu a integração de crianças com necessidades educativas especiais nas escolas do ensino regular, em salas especiais e integradas.

25- O projecto compreendeu duas fases de implementação, tendo a primeira (fase piloto) iniciado em 1994, em três províncias nomeadamente Luanda, Benguela e Huíla e a segunda fase, iniciada no ano 2000 nas províncias do Huambo, Cabinda e Bié. Para além das acções de formação, realizam-se visitas de orientação metodológica às províncias de Cabinda, Bié, Huambo, Huíla, Bengo, Benguela, Kuanza-Sul e Luanda e, com o orçamento geral do estado a integração escolar foi extensiva a todo o país.

26- O grupo alvo foi aumentando, originando por parte das estruturas centrais um investimento na formação de técnicos especializados no exterior do país e formação

em serviço capacitação local de professores em matéria de educação especial e integrada.

27—O trabalho ficou circunscrito apenas as áreas não afectadas pela guerra, porém, fruto de um espírito abnegado, responsável e compromisso para com a nação, foi possível um número considerável de alunos com deficiência visual e auditiva prosseguir os seus estudos sem interrupção estando actualmente a fazer formação média e superior.

28- Este salto qualitativo reflecte-se nas acções de grandes proporções, isto porque a partir do ano 2002 com o estabelecimento da paz, unidade e reconciliação nacional, os serviços da educação especial são extensivos a todo o país, ampliadas as áreas de atendimento, e aperfeiçoadas já existentes, de acordo com a tendência universal que visa a integração escolar e a sociedade inclusiva. Este facto requer de um intenso trabalho consubstanciado na realização, de acções de formação em todas as áreas da competência da educação especial, para capacitar, treinar e actualizar o pessoal docente e quadros para melhorar a qualidade dos serviços, que permitirá enquadrar de forma mais adequada as crianças com necessidades educativas especiais.

29- Neste momento o Instituto Nacional para Educação Especial, está apostado na Educação Inclusiva, fundamentada no princípio da atenção à diversidade e educação de qualidade. Este modelo, pressupõe a formação docente e a organização das escolas para garantir o Direito de Todos a Educação, isto é uma escola onde a minoria possa encontrar uma resposta às suas necessidades especiais sem prejudicar os outros, mas sim beneficiando todos os alunos em geral por tudo o que traz de mudança e renovações.

1.2 CONTEXTO GERAL

30- Angola, tem uma superfície territorial de 1.246.700 km², está administrativamente organizada em 18 províncias, 163 Municípios, 535 Comunas e 1.271 povoações. A população residente é de aproximadamente 14.000.000 de habitantes, com uma taxa média de crescimento anual de 3,1%. A percentagem da população feminina é de 51%. A esperança de vida à nascença é de 46 anos. Mais de 50% da população tem uma estrutura etária juvenil. (segundo o INE)

31- A densidade populacional é de 10 hab/km² porém, repartida de maneira desigual no vasto território, tendo sido estimados no ano 2000, entre os 2,0 na provincia do Kuando-Kubango e os 100 hab/km² em Luanda. O País confina, a Norte, com a República Democrática do Congo e o Congo (Brazzaville), a Leste com a República Democrática do Congo e a Zâmbia, a Sul, com a Namíbia e a Oeste, com o Oceano Atlântico e tem como Capital a cidade de Luanda.

32- Os povos que hoje integram o território nacional constituíram-se a partir de migrações em diferentes épocas. As consequências do tráfico de escravos, os efeitos da colonização e do cristianismo provocaram influências que continuam até hoje presentes. Assim, do ponto de vista da sua composição sócio-linguística, Angola apresenta-se como um mosaico com variadas línguas maternas em que o português é a língua oficial e veicular de ensino e da administração. Os grupos

sócio-linguísticos mais relevantes são os seguintes: Ovimbundu, Ambundu ou Akwambundu, Bakongo, Lunda-cokwe, Ngangela, Ovambo, Helelo ou herero.

33- A maior parte da população vive na pobreza, 62% da população não tem água potável, 56% não tem instalações sanitárias; o índice de analfabetismo literal é de 58%, dos quais 70% são mulheres; a malária é a endemia que mais vitima os angolanos paralelamente à mortalidade infantil que ronda os 150 por cada 1.000 nascimentos. Dados de 2001 apresentam o VIH/SIDA como uma ameaça ao desenvolvimento, pois atinge mais de 5% da população economicamente activa.

34- Em consequência da destruição de parte importante das infra-estruturas económico-sociais provocada pelo conflito militar, as receitas do Estado estão dependentes em 80% da produção petrolífera. Em contrapartida, o sector agrícola que apresenta potencialidades relevantes, baixou a sua contribuição para cerca de 8% em 2001. De exportador por excelência de produtos alimentares, Angola passou para importador e dependente de ajuda alimentar externa para quase metade das suas necessidades em cereais.

35- Angola foi colonizada por portugueses durante 493 anos (1482-1975), tendo conquistado a Independência Nacional ao 11 de Novembro de 1975. Nos termos constitucionais, a República de Angola é um Estado Democrático de Direito, alicerçado na unidade nacional, na dignidade da pessoa humana, no pluralismo de expressão e de organização política e no respeito e garantia dos direitos fundamentais do homem.

36- O modelo da organização do Estado angolano assenta na separação de funções, na inter-dependência dos órgãos de soberania e num sistema político de natureza semi-presidencialista, tendo como principais órgãos de poder de Estado: o Presidente da República, a Assembleia Nacional; o Governo e os Tribunais. O Governo da República de Angola está constituído em Governo de Unidade e Reconciliação Nacional (GURN) integra representantes da maioria dos partidos políticos com assento na Assembleia Nacional.

37- Nos últimos anos, o Governo da República de Angola tem implementado um conjunto de acções visando a recuperação sócio económica, o ajustamento estrutural e a estabilização macro-económica.

1.3 CONTEXTO EDUCATIVO

38- Como consequência da política educativa herdada do colonialismo português e dos constrangimentos de ordem política militar e económico-social que registamos após a Independência Nacional e que prevalecera até Fevereiro de 2002 na República de Angola, ainda se conhecem atrasos significativos no domínio educativo em geral e da Educação Especial em particular. Angola é actualmente, na África subsahariana, um e dos países com as mais elevadas taxas de analfabetismo literal e de subescolarização, facto que condiciona o processo de recuperação e estabilização económica e de desenvolvimento.

39- Neste contexto, o processo de criação de condições de estabilidade macro-económica para a implementação de medidas de políticas democráticas e de direito de uma sociedade inclusiva, sem preconceitos, discriminação, estigmas e rótulos,

impõe necessariamente a adopção de políticas educativas integradas e sustentáveis que, em primeira instância, contribuam para o desenvolvimento do capital humano, visando o progresso onde por conseguinte, a educação assume um papel chave, tendo em conta a sua dimensão impacto e abrangência.

40- Com o fim de alcançar este desiderato, o Governo angolano aprovou em 2001 a ***“Estratégia para Melhoria do Sistema da Educação”*** a ***“ Lei de Bases do Sistema da Educação”*** e o ***“Estatuto Orgânico do Ministério da Educação”*** que no seu artigo 23/nº 1 do decreto-lei nº 8/03 de 17 de Junho de 2003 cria o ***Instituto Nacional para a Educação Especial”***

41 – Tanto a Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema da Educação como a Lei de Bases do Sistema da Educação nº13/01 de 31 de /12, constituem instrumentos de orientação estratégica do Governo para o Sector da Educação, no período de (2001-2015), pois define as linhas gerais e específicas para a estabilização, consolidação e desenvolvimento (expansão) das modalidades de ensino.

42 – A Educação Especial é uma modalidade de ensino com carácter transversal a todos os subsistemas de ensino com a missão de atender a todas as pessoas com necessidades educativas especiais, transitórias ou permanentes, com vista a facilitar a sua integração escolar e social.

43 – Com efeito, a filosofia educacional da integração, inclusão é e será o modelo norteador dos sistemas de educação no mundo, porque reconhece o direito de todas as crianças, jovens e adultos a compartilharem de um meio ambiente educativo comum em que todos sejam valorizados por igual, independentemente das diferenças percebidas quanto à capacidade, sexo, classe social, etnia ou estilo de aprendizagem.

44 - Urge pois incentivar o surgimento e modificação da consciência nacional em relação a deficiência eliminando preconceitos, tabus, discriminações estigmas e rótulos. Será necessário construirmos escolas integradoras onde todos tenham a possibilidade de estudar juntos.

45 – São urgentes, pois não só novas atitudes, mas também novas formas de intervenção. Não basta actuar ao nível das atitudes, é fundamental intervir ao nível das condutas. São precisas mais acções que intenções, mais interacções que manifestações altruístas e caritativas.

46 –*A deficiência não é daqueles temas de que se fala desapaixonadamente, tem a ver com a infância, juventude, a idade adulta, com uma determinada sensibilidade humana, com as mais antigas imagens de satisfação e insatisfação, quer dizer, com a mais funda raiz daquilo que cada uma de nós pode pensar do bem-estar, do amor ao próximo, da solidariedade humana e da felicidade.*

47 – Quando se fala a sério sobre a deficiência ninguém fica neutro. Para bem ou para mal isso diz-nos respeito. Profundamente, intensamente, porque cada um de nós tem a probabilidade de ter uma deficiência.

48 - Por outro lado, a sociedade tem incorporado preconceitos, repassados através de gerações que leva a encarar a deficiência como sinónimo de inutilidade social, e as pessoas com deficiência como seres dependentes marginalizando-os discriminando-os.

49 - Entretanto a maioria das pessoas com deficiência constitui-se de cidadãos, com capacidade para assumir as suas responsabilidades sociais. Eles podem participar de qualquer iniciativa com resultados satisfatórios. A deficiência é tão só um atributo que apenas os diferencia.

50 - *Às pessoas com deficiência se tem associado sentimentos de compaixão e piedade, tornando-os alvo de caridade e de superproteção. Eles não querem nem desejam piedade ou compaixão mas sim um tratamento igual ao oferecido aos demais cidadãos.*

51 – *O sistema de ensino, terá de equacionar a pessoa com deficiência como um ser humano possuidor de um potencial de aprendizagem, de um perfil intra-individual e de um repertório de comportamentos que têm que ser, maximizados e otimizados pelo próprio processo educacional.*

52 – E se reconhecermos que os actuais sistemas de prevenção, intervenção escolar, assistencial e sanitário são deficitários acrescidos ao factor guerra e pobreza que assolou e assola o país, convenhamos em aceitar as estimativas de que mais de 15% da população escolar angolana tem necessidades educativas especiais.

53 – O sistema educativo em particular e a sociedade em geral, terão de buscar caminhos para que se desenvolvam acções e reflexões sobre a problemática das pessoas com deficiência.

54 – Pensamos que não haverá progresso da Educação Especial sem um investimento sério, em infra-estruturas, formação de recursos humanos, equipamentos para este tipo de ensino e honrar os compromissos assumidos por Angola na Cimeira do Milénio.



II
ANÁLISE DA
SITUAÇÃO

CAPÍTULO II – ANÁLISE DA SITUAÇÃO

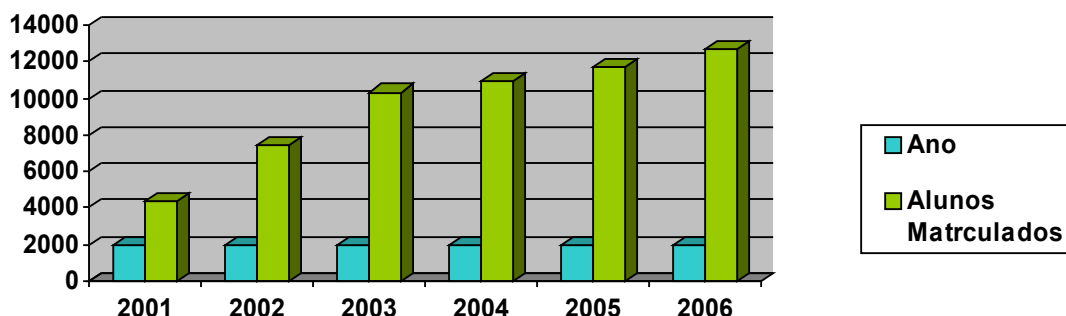
57 – O Instituto Nacional para a Educação Especial como órgão do estado encarregue do atendimento da população com necessidades educativas especiais transitórias ou permanentes, deve dentre outras atribuições traçar estratégias de intervenção que visem a melhoria e desenvolvimento da modalidade. Não podendo entretanto ficar alheia aos acontecimentos e mudanças que vão ocorrendo, em matéria de Educação Especial no Mundo.

58 – Por este motivo torna-se necessário realizar uma análise da situação da Educação Especial em Angola para que se possa identificar os pontos fracos e fortes e em seguida traçar metas, objectivos e estratégias que visem a melhoria, consolidação, expansão e desenvolvimento do mesmo para os próximos nove anos.

59 – Para tal, torna-se indispensável uma análise mais cuidada dos dados estatísticos porque, no nosso entender dão-nos certos indicadores valiosos que sempre são necessários ter em conta na hora de elaborar qualquer plano estratégico de desenvolvimento.

2.1 ACESSO

Gráfico dos Alunos Matriculados Anualmente



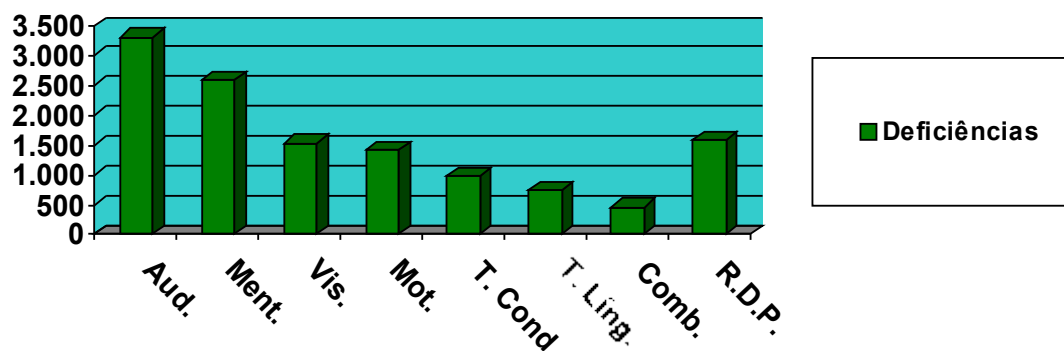
Ano	2001	2002	2003	2004	2005	2006
Alunos Matriculados	4.357	7.406	10.342	10.939	11.710	12.661

60 – De acordo com os dados estatísticos disponíveis de 2006 a Educação Especial atende um total de 12.661 alunos nas 18 províncias. Sendo 7331 alunos do sexo masculino e 5330 do sexo feminino.

61 – As três deficiências que maior número de alunos têm matriculados na Educação Especial são: Auditiva com 3273 alunos, depois Mentais com 2429 alunos e visuais com 1179 alunos. Entretanto se compararmos o número de alunos matriculados na Educação Especial desde 2001 até 2006, verificamos que houve

anualmente um aumento gradual do número de alunos atendidos na Educação Especial.

Gráfico dos alunos matriculados em 2006



Deficiências	Auditiva	Mental	Visual	Motora	T. Conduta	T. Língua	Combinada	R.D.P.
Alunos Matriculados	3.307	2.593	1.532	1.415	972	737	465	1.579

62 – De realçar que o aumento de alunos matriculados na Educação Especial ocorreu nos anos 2002, 2003, 2004 e 2005 que coincide com o estabelecimento da paz em todo território nacional, (ver anexo 1,2,3,4,5).

63 – Naturalmente que somos conscientes de que estes números não satisfazem o universo de alunos com necessidades educativas especiais do nosso país.

64 – Se tomarmos como válidas as estimativas da Organização Mundial da Saúde, segundo a qual 10% da população de cada país é portador de deficiência. Em Angola calcula-se que sejamos cerca de 14.000.000 de habitantes, logo se fizermos um raciocínio linear Angola terá aproximadamente 1.400.000 pessoas com deficiência. Entretanto se acrescermos a essas estimativas o factor guerra que assolou o nosso país, a pobreza, a fome e os baixos índices de assistência sanitária, poderíamos afirmar sem margem para dúvidas que em Angola a percentagem das pessoas com necessidades educativa especiais rondará os 20% da população.

(Projeções/estimativas da população angolana com deficiência por províncias)

Província	Capital	Nº da população	Idade 0-24-anos	Rapazes	raparigas	10% Defi
Luanda	Luanda	2.824.891	1.581.938	743511	838427	158.193
Bengo	Caxito	384.111	215.102	101098	114004	21.510
Benguela	Benguela	1.614.883	904.334	425.037	479.297	90.433
Huíla	Lubango	1.225.004	686.002	322.420	363.581	68.600
Cabinda	Cabinda	207.628	116.271	54647	61.624	11.627
Malange	Malange	855.888	479.227	225.237	253.990	47.922
Bié	Kuito	1.095.813	613.655	288.418	325237	61.365

Huambo	Huambo	1.598.734	895.291	420.787	474.504	89.529
Província	Capital	Nº da população	Idade 0-24 anos	Rapazes	raparigas	10% Defi
Namibe	Namibe	275.684	154.383	72.560	818.223	15.438
Uíge	Uíge	986.232	522.289	245.476	276.813	52.228
Zaire	Mbanza Congo	288.372	161.488	75.899	85.589	16.148
Cunene	Ondjiva	406.028	227.375	106.866	120.509	22.737
k.Kubango	Menongue	385.265	215.748	101.402	114.346	21.574
K./Norte	Ndalatando	403.721	226.083	106.259	119.824	22.608
k.Sul	Sumbe	807.441	452.166	212.518	239.648	45.216
Moxico	Luena	387.572	217.040	102.008	115031	15.438
L. Norte	Lucapa	403.721	226.083	119.597	119.824	22.608
L. Sul	Saurimo	451.014	252.567	118.706	133.861	25.256

(Projeções/estimativas da população angolana com deficiência por províncias)

65 - Porém, cabe aqui destacar que, apesar das difíceis condições económicas que Angola tem enfrentando, verificam-se avanços significativos no sector da educação, resultado visível da vontade política e esforço empreendido durante os 30 anos de independência. Por outro lado, até o ano 2005, a rede escolar da Educação Especial estava assim distribuída: 9 escolas especiais, 13 salas especiais e 630 salas integradas em todo país. (ver anexo 6 tabela numérica da rede escolar e o mapa)

66 – Podemos lembrar que até bem pouco tempo o termo Educação Especial era tradicionalmente utilizado para designar um tipo de educação diferente da praticada no ensino regular e que se desenrolaria paralelamente a esta.

67 – De acordo com as reflexões actuais no mundo, essa concepção mudou e, hoje, os alunos que apresentam necessidades educativas especiais devem frequentar as escolas do ensino geral que fica próximo de sua casa, no bairro ou na comunidade onde moram.

68 – Cientes de que o nível de Desenvolvimento da Educação Especial não é uniforme em todas as províncias desta feita entendemos por bem agrupar as províncias segundo o nível de desenvolvimento que foi atingido:

69 – No 1º grupo – Estão as províncias de Luanda, Benguela e Huíla, porque são efectivamente as províncias que têm a Educação Especial implementada à vários anos, faltando apenas a melhoria consolidação e expansão para todos os municípios.

70 – No 2º grupo – Agrupamos a província da Lunda-Sul, Namibe e Bengo e Kuando – Kubango, porque são as províncias, cujo nível de desenvolvimento em questão de Educação Especial é inferior em relação ao primeiro grupo.

71 – No 3º grupo – Neste grupo estão enquadradas todas as restantes províncias, devido ao facto de o nível de desenvolvimento da Educação Especial, ser bastante incipiente. (ver anexo nº7)

72-A Educação Especial em Angola, tem duas grandes áreas de intervenção:

- ↳ Área de atendimento às pessoas com necessidades educativas especiais transitórias ou permanentes.
- ↳ Área de identificação diagnóstico e orientação Psicopedagógica.

73 – Para que o desenvolvimento pleno das pessoas com necessidade educativas especiais transitórias ou permanentes sejam conseguidos, é necessário fornecer a estas crianças um serviço prévio de diagnóstico e acompanhamento do desenvolvimento e aprendizagem.

74 – No sentido de caracteriza-las com os seus problemas, capacidades necessidades, potencialidades e a posterior maximizar e otimizar as suas potencialidades e aptidões dando um grande enfoque na orientação psicológica e terapêutica a realizar na escola e com a família.

75 – É importante ressaltar que, todo trabalho de avaliação diagnóstica não deve adoptar qualquer técnica ou postura que se proponha a condicionar a pessoa ou priorize as suas dificuldades ou deficiência. Da mesma maneira que o trabalho com a família deve procurar ser através do diálogo e discussão evitando que se rotule e estigmatize a criança.

76 – Porém, a maior parte dos alunos que são atendidos nas escolas da Educação Especial, carecem deste trabalho prévio de diagnóstico psicopedagógico, porque das 18 províncias do país só Luanda possui um Centro Provincial de Diagnóstico e Orientação Psicopedagógica.

77– Isto tem dificultado o processo de ensino-aprendizagem, porquanto o trabalho de diagnóstico e Orientação Psicopedagógica permite orientar e facilitar a escola, no sentido de saberem efectivamente o que sucede com cada aluno, dar orientações pertinentes para cada aluno bem como conhecer os seus potenciais e aptidões para que a escola com o seu trabalho diário saiba maximizar e otimizar os seus potenciais e aptidões, visando um desenvolvimento pleno das suas capacidades.

78 – A identificação e estimulação precoce o diagnóstico e a intervenção psicoterapêutica constituem a espinha dorsal do trabalho de atendimento das pessoas com necessidades educativas especiais.

79 Quanto à área auditiva devemos dizer que é a área que maior número de alunos apresenta, entretanto são alunos que tendo todas as possibilidades para um normal desenvolvimento do seu pensamento, ficam bem atrasados em questões relativas a aprendizagem em virtude de os professores privilegiarem o oralismo. Este é um dos principais motivos que tem levado a muitos alunos com deficiência auditiva serem considerados muitas vezes como crianças com retardo mental.

80 – Estudos realizados, investigações feitas e experiências concebidas têm demonstrado que as crianças surdas possuem as mesmas probabilidades para apropriar-se de iguais conhecimentos que as crianças ouvintes.

81 – O problema dos baixos resultados académicos das pessoas com deficiência auditiva, reside fundamentalmente, na forma em que acontece o processo de ensino aprendizagem para estas crianças, que limitadas na sua percepção auditiva, precisam de uma comunicação num sistema ou código natural para eles: que é a língua gestual, reforçada com aulas práticas e muitas imagens como apoio metodológico.

82 – Esta realidade constata-se na maioria dos países do mundo, com destaque para os que estão em vias de desenvolvimento. Os entraves no desenvolvimento sociocultural e docente dos surdos complica-se pelo facto de coabitarem várias línguas gestuais num mesmo território, onde cada escola utiliza línguas gestuais diferentes, provocando que os alunos surdos ao concluírem o ensino primário ou secundário numa escola determinada, não estarem bem preparados em termos linguísticos, para continuar os estudos noutros níveis académicos.

83 – Pensamos que se deve concentrar numa só área todas as acções relativamente à surdez, isto facilitará executar um trabalho com maior exactidão, poupar recursos, obter melhores resultados quantitativos e qualitativos, assim como também manter uma unidade estratégica de atendimento a esta área.

84 – Área do atraso mental é a segunda que mais alunos apresenta na modalidade de ensino educação especial em todo o país

85 – Porém são imensas as dificuldades que os professores encontram na hora de transmitirem os conteúdos escolares fundamentalmente por dificuldades técnico – metodológicas.

86 – Desde já é uma área que também merecerá uma intervenção rápida quanto a capacitação dos professores através de acções formativas a curto prazo.

87 – Quanto a área da deficiência visual é uma área que tem conhecido imensos progressos no concernente ao processo de ensino aprendizagem. Entretanto estamos conscientes que devemos continuar a investir nessa área para uma melhoria progressiva do processo de ensino aprendizagem.

88 – No presente momento existe algumas áreas das necessidades educativas especiais transitórias ou permanentes. Que ainda não são atendidas tais como – os superdotados, transtornos da conduta (enquanto entidade diagnóstica).

89- PONTOS FRACOS E FORTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Da análise da situação actual da Educação Especial em Angola identificamos os seguintes pontos fracos:

Nº	PONTOS FRACOS
01	✚ A Existência de apenas um Centro de Diagnóstico e Orientação psicopedagógica a nível do país.
02	✚ Falta de um protocolo de cooperação entre o MED/MINSA que facilite o atendimento médico das pessoas com necessidades educativas especiais.
03	✚ A não existência de um Centro Nacional de Identificação Diagnóstico e Orientação Psicopedagógica
04	✚ Inexistência de programas de identificação e estimulação precoce das deficiências reais.
05	✚ Falta de estudos longitudinais as crianças angolanas com necessidades educativas especiais.
06	<ul style="list-style-type: none"> • Reduzido número de especialistas
07	✚ Ausência de trabalhos de investigação sobre as crianças portadoras de necessidades educativas especiais em Angola.
08	✚ Falta de uma equipa multidisciplinar para realização Diagnóstico psicopedagógico a nível nacional.
09	✚ A Inexistência de trabalhos investigativos em temas da Educação especial nas nossas escolas.
10	✚ Pouca formação de professores e reduzido número de especialistas nas diferentes categorias.
11	✚ Inexistência de Gabinetes psicopedagógicos nas escolas especiais e do ensino geral.
12	✚ Fraco trabalho com a família dos alunos com necessidades educativas especiais.
13	✚ Inexistência de sala de jogos nas escolas especiais.
14	✚ Reduzido número de oficinas pré-profissionais para os alunos com necessidades educativas especiais.
15	✚ Insuficiente emprego da LGA no processo de E-A
16	✚ Pouco conhecimento das características psicológicas e psicolinguísticas das crianças portadoras de deficiência auditiva por parte dos professores.
17	✚ Falta de professores e pessoal de apoio aos Surdos nas escolas.
18	✚ Ausência de acções para detecção prematura dos tipos de surdez.

19	✚ Existência de alunos hipoacusicos em situação de surdez profunda por falta de aparelhos auditivos.
20	✚ Inexistência de tradutores de LGA e de formação dos mesmos.
21	✚ Ausência de alunos Surdos nas Universidades e Institutos.
22	✚ Insuficiente participação em Eventos e Congressos Internacionais de especialidade.
23	✚ Baixo tratamento do tema no contexto da Reforma Educativa.
24	✚ Poucos quadros com suficientes conhecimentos sobre o tema.
25	✚ Insuficiente cumprimento da programação de visitas às províncias para capacitar e actualizar sobre o tema.
26	✚ Fraccionamento no atendimento a área da surdez.
27	✚ Inexistência de uma disciplina sobre o tema no desenho curricular da formação de professores.
28	✚ Falta de um Centro nacional para orientação e atendimento especializado da educação da deficiência auditiva.
29	✚ Pobre controlo do atendimento ao processo de E-A dos portadores de deficiência auditiva nos colégios privados.
30	✚ Insuficientes dados estatísticos sobre a realidade actual da área.
31	✚ Inexistência de um banco de dados sobre a Educação Especial.
32	✚ As escolas especiais a funcionarem os dois períodos com alunos com deficiência e com um número elevado de alunos fora das normais internacionalmente aceites.

90- PONTOS FORTES DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Nº	PONTOS FORTES
01	✚ Enquadramento das acções de formação no âmbito da reforma educativa.
02	✚ Existência do Projecto para Estudo, Desenvolvimento e Uniformização da LGA.
03	✚ Lançamento do Primeiro Dicionário Digital da LGA.
04	✚ Contar com um especialista com experiência.
05	✚ Contar com alguns professores Surdos.
06	✚ Ter identificados a maioria dos problemas da área
07	✚ Existência de vários Projectos e Programas relativamente à disseminação da LGA.
08	✚ Existência de um potencial mínimo de formadores em algumas das províncias que podem ser utilizados como multiplicadores.
09	✚ Disposição da MED para solucionar as dificuldades da área da Educação Especial.
10	✚ Actualmente 16 alunos com deficiência visual encontram-se a realizar cursos de nível Universitário e 634 alunos no ensino médio.
11	✚ A expansão da Educação Especial pelo país.
12	✚ Aumento considerável do número de alunos identificados após o processo de paz 2002.
13	✚ A criação de condições técnicas e materiais para o sucesso dos alunos com deficiência que ingressaram nas escolas e universidades.
14	✚ Disponibilidade de meios técnicos de informação útil e bibliografia importante para o trabalho investigativo do INEE.
15	✚ Inclusão de técnicos da Educação Especial nas equipas da Reforma Educativa

2.2 EQUIDADE DE GÉNERO

91- Em relação ao total de alunos matriculados na educação especial, 12.661 alunos no ano 2006, o sexo feminino está penalizado, porque representa menos de 50% desse valor.

92- Tal como no ensino primário e secundário do ensino geral, a camada feminina na modalidade da Educação Especial não atinge os 50% de total de alunos matriculados.

93- Entretanto nas províncias do Cunene, Namibe, Huíla, Benguela, Moxico e Lunda-Sul as raparigas constituem a maioria do total de crianças que frequentam as escolas da Educação Especial:

PROVÍNCIA	SEXO MASCULINO	SEXO FEMININO
HUÍLA	310	513
NAMIBE	252	270
CUNENE	91	99
BENGUELA	480	510
LUNDA-SUL	168	172

2.3– A RAPARIGA COM DEFICIÊNCIA

94- Na sociedade angolana tal como em outras, a rapariga-criança com deficiência sofre dupla discriminação. Por um lado pelo facto de ser mulher e por outro por ter deficiência.

95- Não é tão fácil convencer a sociedade que a rapariga-criança com deficiência necessita de ser educada devido aos preconceitos estigmas e discriminações ainda existentes. Isto porque não se espera que na idade adulta elas venham a desempenhar papéis de uma profissional, mãe e esposa. Estes factos têm efeitos psicológicos profundos na integração plena, na vida social das comunidades.

2.4 QUALIDADE -EFICÁCIA

96- A qualidade da Educação Especial, tal como nos demais sub-sistemas de ensino, pode medir –se através de uma série de indicadores quantitativos e qualitativos.

97- Os indicadores quantitativos referem as taxas de reprovação e conclusão de determinado nível. A qualidade é também mensurável pela apreciação das aprendizagens e competências reveladas pelos alunos.

98- Em Angola, em consequência das condições excepcionais em que se desenvolveu o processo de ensino, fundamentalmente o factor guerra, não foi

possível aferir os indicadores de qualidade das aprendizagens e do próprio sistema. Acrescido à isso, temos o fraco investimento nessa modalidade de ensino, que se repercute na falta de adaptações curriculares e planos de estudo, como também a falta de um corpo docente especializado, falta de materiais didáticos específicos e infra-estruturas adaptadas a esse tipo de ensino para poder prestar-se todo serviço de apoio que necessitam os alunos com necessidades educativas especiais transitórias ou permanentes.

99- Todos esses motivos têm afectado de forma directa ou indirecta a qualidade da Educação Especial em Angola.

100- Entretanto, para termos uma noção de como andam as coisas, dos dados estatísticos por nós recolhidos podemos afirmar que na educação especial a taxa de reprovação ronda aproximadamente os 50%, a taxa de aproveitamento escolar ronda os 40% e a taxa de abandono escolar os 10%.

101 Por esses e, outros motivos existe a necessidade de melhorarmos essas percentagens. Para tal, existe a necessidade e urgência de paulatinamente irmos melhorando os serviços de atendimento escolar e de apoio a esses alunos.



III

**OBJETIVOS
ESTRATÉGICOS**

CAPÍTULO III_ OBJECTIVOS ESTRATÉGICOS

3.1 – Objectivos Gerais

54- O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial em Angola para o período 2007/2015, visa alcançar os seguintes objectivos gerais;

- ↳ Conscientizar e sensibilizar a população em relação aos problemas das crianças com necessidades educativas especiais transitórias ou permanentes.
- ↳ Edificação das condições básicas para o desenvolvimento e consolidação da Educação Especial em Angola.
- ↳ Desenvolvimento harmonioso em todo território nacional da Educação Especial.
- ↳ Desenvolvimento dos Recursos Humanos da área da Educação Especial.

2.2 – OBJECTIVOS ESPECÍFICOS

55- O Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial em Angola para o período 2007/2015 perseguirá os seguintes objectivos específicos;

- ↳ Reduzir e eliminar o estigma e a discriminação para com as pessoas com deficiência.
- ↳ Melhorar e consolidar o processo de integração das pessoas com necessidades educativas especiais permanentes ou transitórias.
- ↳ Aumentar e melhorar os serviços de atendimento escolar da Educação Especial em Angola.
- ↳ Aumentar e melhorar a formação e capacitação dos recursos humanos da Educação especial.
- ↳ Desenvolver um amplo programa de capacitação de professores em matéria de inclusão escolar.
- ↳ Construir e reabilitar infra-estruturas básicas para o desenvolvimento da Educação Especial em Angola.
- ↳ Criar centros de recursos de inclusão escolar em todas as províncias de Angola.
- ↳ Realizar pesquisas sobre a problemática das necessidades educativas especiais transitórias ou permanentes.



IV

ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

CAPÍTULO – IV ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO

102- A definição das estratégias de intervenção teve basicamente em consideração:

- ↳ Sua interligação com a reconstrução nacional e a reconstrução do sistema educativo;
- ↳ Criar as condições para melhoria e ampliação dos serviços da Educação Especial em Angola;
- ↳ Criação de condições prévias essenciais como pré-requisitos operacionais;
- ↳ Conciliação dos programas nacionais com as especificidades provinciais numa perspectiva de gestão descentralizada;
- ↳ Capacidade financeira nacional combinado com apoio sustentado de potenciais parceiros.
- ↳ A sua operacionalização terá de assentar em opções financeiramente realistas e exequíveis numa concertação institucional definida a nível do governo. Assim para a implementação do plano estratégico foram definidas três (3) fases: emergência, desenvolvimento e consolidação.

4.1 - FASE DE EMERGÊNCIA 2007-2008

As estratégias incidirão essencialmente no seguinte:

- ↳ Promoção de campanhas de sensibilização e prevenção sobre a “Problemática das necessidades educativas especiais transitórias ou permanentes em Angola”;
- ↳ Preparação de projectos e acções a integrar nas fases subsequentes;
- ↳ Criação paulatina de centros de recursos da educação inclusiva;
- ↳ Desenvolver um estudo diagnóstico ao sistema de integração escolar dos alunos com necessidades educativas especiais;
- ↳ Desenvolver um amplo programa de capacitação de professores em matéria de inclusão escolar;
- ↳ Propor o reconhecimento da Língua Gestual Angolana ao governo.
- ↳ Desenvolver pesquisa sobre a problemática das necessidades educativas especiais transitórias ou permanentes;

- ↳ Conceber um programa para a recolha e tratamento do banco de dados da Educação Especial;
- ↳ Desenvolver um plano de construção e reabilitação de infra-estruturas básicas para a Educação Especial e Integrada;
- ↳ Desenvolver Programas de Formação e Capacitação dos Recursos Humanos da Educação Especial;
- ↳ Desenvolver mecanismos de apoio a escola regular em matéria de necessidades educativas especiais transitórias ou permanentes;
- ↳ Realizar acções de extensão do projecto de língua gestual;
- ↳ Desenvolver um plano de actividades sobre temáticas das necessidades educativas especiais transitórias ou permanentes.

4.2- FASE DE DESENVOLVIMENTO 2009-2012

As estratégias incidirão essencialmente no seguinte:

- ↳ Prosseguimento do reforço de melhoria e ampliação dos serviços da Educação Especial em todo território.
- ↳ Continuação e progressiva institucionalização de acções lançadas na fase de emergência.
- ↳ Reconfiguração de projectos e acções de acordo com o resultado da sua avaliação.
- ↳ Criação das condições infra-estruturais, de formação e pesquisa que permitam uma implementação segura do plano estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial.
- ↳ Desenvolver mecanismos de apoio a escola regular em matéria de necessidades educativas especiais transitórias ou permanentes.
- ↳ Adaptação dos currículos e plano de estudos para crianças com necessidades educativas especiais transitórias ou permanentes no Pré-escolar e no ensino primário e secundário.
- ↳ Reforçar a aquisição de materiais didácticos específicos.

4.3 – FASE DE CONSOLIDAÇÃO 2013 -2015

103- Esta será a última fase na qual os objectivos últimos deverão ser aperfeiçoados. Isto coincidirá com a avaliação a ser realizada, ao meio do percurso (no fim da segunda fase) para uma apreciação das acções já implementadas. Dai que as estratégias dessa fase incidirão no seguinte:

- ↳ Continuação e progressiva expansão das acções lançadas na fase de desenvolvimento.
- ↳ Reconfiguração de projectos de acordo com os resultados da avaliação da fase anterior.
- ↳ Criação de condições técnicas e financeiras para a realização de encontros nacionais, regionais e internacionais em matéria de necessidades educativas especiais transitórias ou permanentes.



CAPÍTULO -V ACTIVIDADES A DESENVOLVER

5.1 - FASE DE EMERGÊNCIA

- ↳ Realizar palestras, debates sobre a problemática da deficiência em Angola;
- ↳ Distribuição de desdobráveis, cartazes com informações sobre os alunos com necessidades educativas especiais;
- ↳ Realizar Workshop e mesas redondas provinciais sobre a problemática das necessidades educativas especiais;
- ↳ Elaboração de programas de formação inicial e contínua de educadores de infância em matérias das necessidades educativas especiais;
- ↳ Conceber programa de identificação e estimulação precoce sobre as necessidades educativas especiais;
- ↳ Realizar um plano de sensibilização e informação sobre a surdez.
- ↳ Definir termos de referência p/as diferentes pesquisas nas áreas de:
 - Dificuldade de aprendizagem
 - Deficiência auditiva
 - Atraso mental
 - Superdotados
 - Estimulação precoce
- ↳ Definir os termos de referência para a realização do estudo diagnóstico ao sistema de integração escolar em Angola.
- ↳ Formar equipa que realizará o estudo – diagnóstico.
- ↳ Conceber instrumentos de monitoria e avaliação.
- ↳ Conceber plano de seminários a nível nacional em matéria da integração escolar dos portadores de necessidades educativas especiais.
- ↳ Conceber projectos de formação para aquelas áreas já existentes e as não existentes no concenrente ao atendimento escolar.
- ↳ Realizar seminários metodológicos sobre: deficiência mental, auditiva, visual e dificuldades de aprendizagem.
- ↳ Realizar visitas de estudo para troca de experiências em matéria da inclusão escolar no exterior do país.

- ↳ Elaborar e implementar o desenho de recolha e tratamento de dados estatísticos da educação especial.
- ↳ Elaboração de projectos de construção e reabilitação de infra-estruturas básicas para a Educação Especial.
- ↳ Implementação dos projectos de criação das infra-estruturas:
 - Centro Nacional de Diagnóstico psicopedagógico
 - Reabilitação do Complexo Escolar Educação Especial em Luanda.
 - Reabilitação e a ampliação do Centro Diagnóstico psicopedagógico de Luanda
- ↳ Continuar a implementar o projecto de criação dos centros e salas de recursos provinciais de recursos
- ↳ Elaborar um plano de formação e supervisão dos professores em matéria de necessidades educativas especiais para nível primário e secundário.
- ↳ Elaborar projecto para a inclusão da disciplina sobre Educação Especial em todas as Instituições de formação de pessoal docente a nível médio e universitário.
- ↳ Apresentação do plano curricular de formação de professores de nível médio na especialidade da Educação Especial.
- ↳ Realizar seminários, palestras, debates com professores da escola regular.
- ↳ Elaborar Directrizes Nacionais da Educação Especial para Educação Pré-escolar, ensino primário, Ensino secundário, primeiro ciclo e segundo ciclo.
- ↳ Apresentação do projecto de criação dos Gabinetes psicopedagógicos.
- ↳ Visitas as provinciais para constatar o estado de desenvolvimento e uniformização da L.G.A.
- ↳ Aprovação por parte do MED do uso da L.G.A no ensino das crianças com deficiência auditiva.
- ↳ Apetrechamento dos centros e salas de recursos.
- ↳ Elaboração de manuais do curso básico de L.G.A .
 - Elaborar os termos de referência sobre os encontros nacionais por áreas.
 - Surdez
 - Deficiência intelectual
 - Deficiência visual
 - Dificuldades de aprendizagem.
 - Superdotados.

- Elaborar projecto de criação das salas hospitalares para estimulação do desenvolvimento e para o atendimento escolar hospitalar.

5.2 - FASE DE DESENVOLVIMENTO

- ↳ Reconfigurar projectos e acções de acordo com os resultados da sua avaliação.
- ↳ Continuar a realizar seminários de capacitação de professores em matéria da educação inclusiva.
- ↳ Implementar o curso básico de tradutor de L.G.A
- ↳ Implementação dos projectos elaborados na fase anterior
- ↳ Implementar o curso médio de educação especial.
- ↳ Iniciar o atendimento de crianças com necessidades educativas especiais a nível de pré-escolar.
- ↳ Iniciar o atendimento escolar de crianças talentosas (fase piloto).
- ↳ Realizar as adaptações curriculares e dos planos de estudos para crianças com necessidades educativas especiais transitórias ou permanentes.
- ↳ Elaborar pesquisas sobre necessidades educativas especiais transitórias ou permanentes em Angola:
- ↳ Seleccionar técnicos e professores para acções formativas de curta duração no exterior do país.
 - 2008- 25 Técnicos
 - 2009- 25 Técnicos e Professores
 - 2010- 2011 – 15 Professores
 - 2012- 2015 – 15 Professores
- ↳ Formação de professores para os surdos-cegos.
- ↳ Realizar atendimento escolar aos surdos cegos.
- ↳ Realizar o estudo diagnóstico.
- ↳ Criar Complexo Escolar Educação Especial em Luanda
- ↳ Criar Centro Nacional da Surdez.
- ↳ Criar Complexo Escolar da Educação Especial em Benguela.
- ↳ Criar espaços informativos (televisivos) para crianças e jovens com deficiência auditiva. (noticiário)

- ↳ Comprar próteses auditivas
- ↳ Compra de equipamentos
- ↳ Formação e treinamento de pessoal docente multiplicadores em comunicação e L.G.A
- ↳ Formar tradutores de L.G.A. (curso básico).
- ↳ Criação e apetrechamento de bibliotecas nas escolas integradas.
- ↳ Curso de formação de pessoas surdas como auxiliares pedagógicos.
- ↳ Formação no exterior de 10 pessoas como surdez como pedagogos e professores de educação especial, (2009,2011 e 2013).

5.3 – FASE DE CONSOLIDAÇÃO

- ↳ Consolidar todas as actividades das fases anteriores.
- ↳ Expandir o atendimento às crianças com necessidades educativas especiais à todo território nacional.
- ↳ Realização de um encontro Pan-Africano ou Internacional sobre a Educação Especial (em 2015).
- ↳ Realização do encontro nacional sobre Educação Especial em Angola. (2013)
- ↳ Encontro regional da SADC sobre a problemática das necessidades educativas especiais. 2014)



VI

**CUSTOS E
FINANCIAMENTO**

CAPÍTULO VI CUSTO E FINANCIAMENTO

104- Tal como já se tem referenciado um dos factores que influenciou e determinou o estado actual do sistema de educação é o financiamento da educação. As fontes de financiamento da Educação em Angola são a fonte de financiamento do governo através do OGE.

105- Analisando as despesas da educação no período de 1997-2001, verifica-se que durante estes anos a percentagem das despesas públicas com a educação foram em média de 4,7% do OGE. Porém nos últimos dois anos verifica-se um acréscimo no OGE.

6.1 CUSTOS

106- A previsão dos custos para a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial em Angola foi concebida para dar resposta aos maiores constrangimentos que condicionam a melhoria e desenvolvimento da educação especial nomeadamente, acesso, a equidade e qualidade.


107- Nesta conformidade a previsão de custo para a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial no período 2007 – 2015 é de 25.000.000.00. USD.

6.2 FINANCIAMENTO

108- No âmbito da implementação do Plano Estratégico da Educação Especial em Angola deverão ser identificados os potenciais, parceiros financiadores dos projectos.

109 - OPERACIONALIZAÇÃO

Os resultados previstos com a implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial (2007,2015) são:

-  Que até 2015 20% das pessoas com necessidades educativas especiais tenham acesso a Educação Especial.

- ↳ Contribuir na melhoria substancial dos serviços de atenção as pessoas com necessidades educativas especiais transitórias ou permanentes ao nível do pré-escolar, primário e secundário.
- ↳ Contribuir na redução e eliminação gradual do estigma e da discriminação das pessoas com necessidades educativas especiais transitórias ou permanentes.
- ↳ Contribuir na formação e capacitação dos professores da Educação Especial e Ensino Geral.
- ↳ Contribuir na realização de estudos e pesquisas no concernente a problemática das necessidades educativas especiais transitórios ou permanentes.
- ↳ Contribuir numa maior interligação entre os organismos do estado, ONGS e Agencias das Nações Unidas, em prol das pessoas com necessidade educativas especiais.
- ↳ Contribuir para a melhoria da qualidade da Educação para Todos.
- ↳ Contribuir para integração social de facto da população surda, sendo a mais marginalizada pela ausência da comunicação verbal
- ↳ Reduzir as disparidades de género no sector educativo.

VII

GESTÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

CAPÍTULO VII GESTÃO, MONITORIZAÇÃO E AVALIAÇÃO

109- Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial em Angola está delineado para o período 2007-2015. Para tal, é bastante importante criar-se mecanismos operacionais, para monitorar e, avaliar a resposta a esse plano estratégico.

110- Estes mecanismos operacionais de monitorização e avaliação oferecem informações para:

- Prestação de contas
- Compartilhar e avaliar os resultados
- Melhoria das actividades a serem desenvolvidas, uma vez que compartilha o andamento das actividades planificadas e executadas, também buscará respostas para questões essenciais relativas ao desempenho dos projectos, identifica pontos críticos (que ajudam ou dificultam) e identificará o que deve ou não de continuar.

111- Para realizar esta tarefa pensamos que o órgão central de coordenação e gestão será o Ministério da Educação através de uma comissão à ser criada e o INEE.

112- O processo de monitorização será desenvolvido por grupos a nível central e em função das 3 fases de implementação do Plano Estratégico de Desenvolvimento da Educação Especial em Angola. Serão definidos os mecanismos de avaliação para avaliar os resultados finais da implementação da estratégia.

113- Atendendo que este plano estratégico terá a duração de 9 anos achamos por bem que a monitorização seja feita uma (1) vez por ano e a avaliação seja de dois (2) em dois (2) anos.



VIII
ANEXOS

BIBLIOGRAFIA

1. Angola /Ministério da Educação – Mesa redonda sobre Educação para Todos, Luanda, Junho, 1991.
2. Angola /Ministério da Educação Diagnóstico do Sistema Educativo, Ensino Geral, Projecto DNA/Luanda 1991.
3. Angola /Gabinete do Plano – exame sectorial 1994.
4. Angola Ministério da Educação – Lei de Bases do Sistema de Educação.
5. Ante-projecto da política nacional da Educação Especial – 2004
6. Para além das desigualdades – Women in development SouThem África
7. Saberes e práticas da inclusão – Secretaria da Educação Especial/Brasil 2005.
8. A política de inclusão – Secretaria da Educação Especial /Brasil – 2005.
9. Ensaio pedagógicos – Secretaria da Educação Especial /Brasil – 2005.
10. Os surdos devem aprender a ler? Coarlos M. Sklear, 2001
11. Estudos de Línguas Gestuais: influência da língua gestual francesa na americana – 1977, Dw Woodward e Santis
12. Política da Educação em Angola – INEE
13. Fundamento Linguístico da Língua Gestual – Carlos Moncada Valdez – 2000
14. Curso de formação e preparação para o Estudo, Desenvolvimento e Uniformização da Língua Gestual – Carlos Moncada Valdez – 2003

Instituto Nacional para a Educação Especial, em Luanda, aos 12 /09/2006.